

Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal

Maria Adélia Aparecida de Souza¹

Resumo: Este texto é um ensaio geográfico de natureza teórico-crítica, que elabora sobre a teoria da preservação do patrimônio cultural de interesse público. Trata-se de uma contribuição da Geografia, trazendo o espaço geográfico como instância social, o espaço banal, para essa elaboração. Para tanto, partimos de uma apresentação dos limites impostos a ela, formulando sobre alguns conceitos-obstáculo, para a compreensão sobre o mundo que, no presente, sempre se apresenta como uma crise. Esse mundo globalizado, acelerado, fugaz, portador de perversidades e de um processo crescente de constituição de desigualdades socioespaciais. Como nesse mundo tratar da preservação do patrimônio ambiental, diante da volúpia, dinâmica e voracidade que o caracteriza? A Geografia traz para discussão os conceitos de território usado, rugosidades, paisagem e lugar propostos pela Geografia Renovada fazendo apelo, ainda, aos conceitos de ação, duração e memória como mediação deste exercício teórico.

Palavras-chave: Território usado; rugosidade; lugar, preservação, patrimônio cultural de interesse público.

Territorio usado, rugosidades y patrimonio cultural: ensayo geográfico sobre el espacio banal

Resumen: Este texto es un ensayo geográfico de naturaleza teórica y crítica, que trata de elaborar sobre la teoría de preservación del patrimonio cultural de interés público. Es una contribución desde la geografía, trayendo el espacio geográfico como una instancia social, el espacio banal, para esta elaboración. Con este fin, partimos de una presentación de los límites que se le imponen, discutiendo algunos “conceptos-obstáculos”, para la comprensión del mundo que, en la actualidad, siempre se presenta como una crisis. Este mundo globalizado, acelerado y fugaz, portador de perversidades y un proceso creciente de constitución de desigualdades socioespaciales. ¿Cómo en este mundo, entonces, tratar la preservación del patrimonio ambiental, dada la voluptuosidad, dinámica y voracidad que lo caracteriza? La geografía trae a discusión los conceptos de territorio usado, rugosidad, paisaje y lugar propuestos por la geografía renovada, que también apela a los conceptos de acción, duración y memoria como mediación de este ejercicio teórico.

Palabras-clave: Territorio usado; rugosidad; preservación; patrimonio cultural de interés público.

Used territory, rugosities and cultural heritage: a geographic essay about banal space

Abstract: This text is a geographical essay of theoretical and critical nature, which talks about the theory of the preservation of cultural heritage considering public interest. This is a Geography contribution that brings the geographical space as a social instance, the banal space. To do so, it starts from a presentation of the limits imposed relating to the mentioned, formulating on some “obstacle concepts”, to the understanding of the world that, nowadays, always presents itself as a crisis. This globalized, fast-paced, fleeting world carries with it perversities and a growing process of constituting socio-spatial inequalities. How in this world could we deal with the preservation of the environmental patrimony, in face of the voluptuousness, dynamics and voracity that characterizes it? Geography brings to discussion the concepts of used territory, rugosity, landscape and place proposed by the Renewed Geography appealing also to the concepts of action, duration and memory as mediation of this theoretical exercise.

Keywords: Used territory; rugosity; preservation; cultural patrimony of public interest.



DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>

Como citar este ensaio: Souza, M. A. A. (2019). Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: refletindo sobre o espaço banal. Um ensaio geográfico. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (4), 1-17. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>

Recebido: 10 de julho, 2019. **Aceite:** 05 de agosto, 2019. **Publicado:** 01 de outubro de 2019.

¹ Professora Titular de Geografia Humana da USP (aposentada).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2492-7404>. Email: madelia.territorial@gmail.com

1. Introdução

Este texto está fundamentado em atenções e afeições que comecei a ter, ainda quando professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1971 – 1985), convivendo com colegas do Departamento de História da Arquitetura e da Urbanização – o AUH, como dizíamos afetuosamente -, que lidavam com essa temática do patrimônio urbano, cuja obra sempre acompanhei atentamente. A eles juntei, posteriormente, a marcante contribuição de Ecléa Bosi e seus indispensáveis conhecimentos sobre Memória.

Esse é o contexto acadêmico das reflexões expostas neste ensaio que é, em realidade, um diálogo multidisciplinar sobre uma temática interdisciplinar similar àquele das intervenções ou dos processos de preservação, conservação e restauro do patrimônio cultural de interesse público, no qual o tema geográfico das rugosidades se insere. Este conceito de rugosidades é a contribuição da Geografia Renovada para esta discussãoⁱ.

Desta maneira, o tratamento acadêmico e científico a ser dado ao tema proposto, de interesse de várias disciplinas terá como indagação central como os resíduos do passadoⁱⁱ são um obstáculo à definição do novo ou, como juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas (rugosidades, patrimônio, memória, porvir)? Ou, ainda, como compreender de que maneira o trabalho já feito se impõe ao trabalho por fazer? Complexa questão teórica do patrimônio cultural de interesse público que precisa ser desvendada na discussão sobre rugosidades.

A atual divisão territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser entendida sem a compreensão da divisão territorial do trabalho que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas, denominadas aqui de rugosidades. Assim, os limites conceituais existentes que obscurecem o trabalho de reflexão sobre este complexo tema de interesse multidisciplinar, o uso de metáforas, a compreensão do mundo do presente com suas características que estão no cerne da discussão aqui proposta e, a contribuição da Geografia com os conceitos de território usado, lugar e rugosidades se constituem no eixo teórico deste ensaio geográfico, proposto no seu título.

Este texto, valendo-se do Método proposto pela Geografia Renovada estará organizado através de uma narrativa sistematizada nos itens, a seguir:

1. Os limites e buscas teórico conceituais: conceitos-obstáculo.
2. Um período, uma crise, perversidades e um mundo novo: o território usado como categoria de análise social.
3. Patrimônio e preservação, diante do novo Período Popular da História.
4. Território usado, Rugosidades e Memória como possibilidades.
5. Breves considerações finais, como ensaio inicial...

Buscamos nesta reflexão contribuir para o resgate do pensamento crítico que se esvanece nas ciências humanas e nas práticas que dizem respeito a história das relações sociais e dos processos de manutenção da memória e da vida, na maioria das vezes, tratados através de metáforas e não de conceitos científicos rigorosos, inclusive aquele de território usado, condição da vida!

2. Os limites e buscas teórico conceituais: conceitos-obstáculo

Em um mundo acelerado, em permanente transformação, as mudanças paradigmáticas se impõem de acordo com os novos ritmos da vida humana na superfície do planeta.

Abordemos alguns conceitos-obstáculo que perturbam o processo de compreensão do mundo nos países pobres e que interferem na essência da reflexão aqui proposta sobre rugosidades, território usado, patrimônio cultural e memória.

Serão abaixo examinados alguns deles:

a) Modernização incompleta, modernidade e pós-modernidade.

Um dos conceitos em discussão há décadas é aquele da modernidade, hoje apoiada em uma interessante bibliografia crítica. Mas, muitos ainda insistem em não aceitar a ideia de processo, um continuum e recortam esse processo denominando-o tempo presente de pós-modernidade. Isto implica em uma visão de mundo reducionista, com etapas que se sucedem, que não é aquela que preside a reflexão deste texto, que prefere o conceito de contemporaneidade ou mesmo atualidade. Essa visão se justifica por várias razões, mas a principal delas, também abordada por vários autores de que a modernidade como processo histórico que é não se completou, logo, não há “pós” - modernidade. E, quando alcança os países pobres ela sempre se dá com incompletude.

Falamos aqui, portanto, em modernizações incompletas. Essa divergência se fundamenta não apenas em visões subjetivas de mundo como, na correspondente constituição de Métodos de pesquisa e reflexão. Esta é uma questão primordial para a constituição do Método aqui assumido, como em Gramsci, entendido como um processo movido pelo contraditório, ou seja, uma história em permanente movimento e transformação.

Augustin Berque (2000), geógrafo francês que busca fazer avançar o conhecimento geográfico do mundo através de sua “Mesologia”ⁱⁱⁱ, uma recuperação do conceito de ecúmeno, abandonado há tempos, nos adverte e provoca quando propõe que “La modernité disjoint le monde”^{iv}. Alerta-nos esse intrigante autor que existe uma crise ética em relação à humanidade e à Terra, que ele estuda buscando princípios para uma ética do ecúmeno.

A Mesologia, parte da ideia de que:

(...) a relação das sociedades humanas na extensão terrestre se estabelece e funciona de modo que a dicotomia clássica entre o subjetivo e o objetivo não permite apreender. É essa dicotomia que se chama dualismo v, que está na origem de um par dialético conceitual moderno <natureza vs cultura>, como a separação que dela decorre entre as ciências humanas e ciências da natureza. A mesologia visa ao contrário entender aquilo que, em um meio concreto, alia em uma mesma realidade o que o dualismo, abstratamente, separa nesses dois polosvi (Berque, 2014, p. 7).

Berque nos indica uma crise civilizatória: há na modernidade princípios que afetam o equilíbrio existente entre aquele da sociedade e aquele do Planeta, como aqueles dos ecossistemas. A modernidade tende a esvaziar, perpetuamente, os símbolos de sua potência de integração, ao mesmo tempo em que ela oferece meios cada vez mais poderosos de transformação das coisas; o resultado desse duplo movimento sendo uma disjunção entre as coisas e a afetividade humana, logo uma desestabilização crescente daquilo que constitui o mundo em que vivemos.

Também Baudrillard (1996) apresenta ideias para essa discussão que permeia a questão da pobre dualidade entre o velho e o novo, onde se instala aquela do patrimônio e da memória, sempre exibida pela expressão “pós”, que oculta a falta de clareza e conhecimento sobre os novos processos da história, como é o caso da ruptura entre modernidade e pós-modernidade, adotada por autores da Escola Analítica de Filosofia com seus Métodos reducionistas e uso de classificações e tipologias.

As coisas encontram uma maneira de escapar à dialética do sentido, que as aborrecia: proliferarem ao

infinito, potencializarem-se, supervalorizarem sua essência, numa escalada aos extremos, numa obscenidade que se tornaria para elas a finalidade imanente e a razão absurda. Nada impede que possamos obter os mesmos efeitos na ordem inversa – outra insensatez, também vitoriosa. A insensatez é vitoriosa em todos os sentidos – ela é o próprio princípio do MAL.^{vii} (Baudrillard, 1996, p. 7).

Jacques Lévy, Detaillé e Durand, geógrafos franceses em importante livro intitulado *Le Monde: espaces et systèmes* (1992) sugerem que “A mundialização consiste na emergência de um objeto novo, o mundo enquanto tal”. Como transformar o patrimônio que é passado no novo e, torná-lo indispensável em um processo acelerado, criativo e intenso que é aquele do mundo contemporâneo?

Edgar Morin e Sami Naïr (1997) contribuem também para essa discussão alertando-nos que “A mundialização corresponde ao surgimento de problemas comuns e específicos para toda a humanidade. Mas, a ideia de humanidade é rejeitada, de fato, considerada como obsoleta”. Outra discussão importante trazida por esses autores nessa obra e que perpassa o tema de reflexão deste ensaio é a diferença entre gestão e política, onde uma não pode estar dissociada da outra, embora nos países pobres prevalece a gestão como negócio hegemônico, pois os pactos políticos, envolvendo toda a sociedade são difíceis de serem estabelecidos.

Alertam esses autores que a gestão sem política transforma esta, em migalhas. Vale dizer negócios.

Pela importância do tema patrimônio cultural público dizer respeito a sociedade como um todo, sua preservação merece ser discutida também sob essa ótica, pois seu sentido evolui muito lentamente nas distintas classes sociais.

b) As metáforas, neologismos redundantes e os escapismos são obstáculos e desafios ao processo de produção do conhecimento.

As expressões “pós” (pós-modernidade), “pre”, “des”, “re”, entre tantas, sempre colocadas como prefixos ou no meio de palavras usadas como conceitos, dificultam a evolução da construção dos Métodos e do conhecimento. As “aspas” também têm sido muito utilizadas “desterritorialização”, “re-territorialização”, “reurbanização”, entre tantas... Tais procedimentos aliados a adoção de metáforas como conceitos no trabalho científico se constituem num sério obstáculo para a evolução do conhecimento.

Uma visão de mundo fragmentada não contemporânea tem implicado em dualidades

conservadoras e, mesmo reacionárias diante do Método necessário para a compreensão do mundo novo. Esta tese aqui defendida, especialmente para o estudo dos países novos e pobres, como aqueles da América Latina, está corroborada pelos colegas professores e pesquisadores Alvarado-Sizzo e Costa, ao refutar a tese fragmentária de José Eli da Veiga, contrária ao que defendemos:

Al contrario de lo que piensa Veiga, el prefijo “pos” radicaliza la dicotomía campo/ciudad, rural/ urbano y, lo más problemático, sociedad/espacio, espacio/tiempo y pasado/presente, pues banaliza la perspectiva totalizante dialéctica del espacio geográfico e ignora el recurso de la periodización del objeto.” (Alvarado Sizzo e Costa, 2018, p. 3).

Também as metáforas como sustentabilidade, sustentável, segurança alimentar, inclusão social (no capitalismo?), e tantos outros neologismos que dificultam o surgimento do genuíno pensamento crítico, produtor do conhecimento novo, precisam ser discutidos e denunciados, pois se constituem em uma psicoesfera^{viii}, significado a ser tratado mais adiante.

As metáforas, neologismos e os escapismos não enfrentam desafios do conhecimento, cujo processo é de interesse social, logo, político. Ao contrário, se constituem em mentiras que precisam ser enfrentadas. As metáforas surgem, coincidentemente com o processo dito de globalização, termo que é em si mesmo uma metáfora!

“A consagração da mentira - Entre a realidade e o silêncio”, de Jose Carlos Bermejo é um dos mais interessantes livros de crítica à globalização. Conforme nos ensina o autor, “Este livro trata da mentira, do engano e do autoengano (...) no momento presente, a mentira conscientemente criada, difundida sistematicamente pelos meios de comunicação, mantida até a saciedade pelos políticos já é uma chave da realidade contemporânea” (Bermejo, 2012, pp. 13-14).

E, prossegue Bermejo nesse importante livro:

a institucionalização e consagração da mentira são hoje possíveis graças a criação de mecanismos de desinformação. Tais mecanismos se baseiam na acumulação, disseminação de dados e reiteração de lemas de forma insistente e massiva. Isso é possível graças a simplificação do pensamento e da informação, do que são responsáveis os meios de comunicação e as instituições educativas e para quem são imprescindíveis as tecnologias da informação. Estas são instrumentos muito eficazes dentro de seus próprios limites e podem ser manejadas com inteligência, ou ao contrário, converterem-se em instrumentos de empobrecimento do

conhecimento, que podem fomentar a própria capacidade de pensar (ibidem, p. 17)^{ix}.

Mentiras ditas por metáforas e tornadas “conceitos” constituem discursos ideológicos que obscurecem o trabalho científico e conhecimento do mundo do presente. No entanto, a ausência de rigor conceitual facilita a manipulação político-jurídica, como é o caso dos processos de tombamento de patrimônios urbanos, envelhecidos e, literalmente desmoronando pela parafernália conceitual e interpretações da hermenêutica jurídica que não agem com eficiência ou não podem ser utilizadas de forma expedita. Há uma farta exemplificação em muitas cidades brasileiras, desse tipo de evento, que por respeito aos seus cidadãos, não serão aqui nomeadas.

c) Colonialismo: Presente. Colonialidade^x, para que?

Este é um tema diretamente vinculado às práticas preservacionistas geralmente baseadas em historiografia, espalhadas por todo continente e muito praticada especialmente no Brasil, por vezes, com resultados insatisfatórios.

Quanto ao colonialismo, trata-se da política de exercer o controle ou a autoridade sobre um território ocupado e administrado por um grupo de indivíduos com poder militar, ou por representantes do governo de um país ao qual esse território não pertencia, contra a vontade de seus habitantes que muitas vezes são despossosados de parte dos seus bens (imóveis, terras aráveis, pastagens) e de eventuais direitos políticos que detinham. Acrescente-se a isso a falta de soberania de grande parte dos países latino-americanos!

Anibal Quijano traduz a falta de soberania nacional como colonialidade, ou seja, algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização. Há que se indagar aqui sobre os termos de “independência” e “descolonização”. Mas, não se trata da manutenção do colonialismo sempre atuando no presente, como forma de submissão da nação a poderes e interesses alienígenas, como forma-conteúdo remascente, como cultura, ou como bestialidade, como propõe Frantz Fanon? Isso é um processo de colonização que se atualiza e age com os mesmos princípios em todos os séculos! Inadmissível, mas colonialismo!

Quijano, em um artigo oriundo de uma de suas conferências em Caracas propõe que a “Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e

universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Prossegue, em sua reflexão cotejando o conceito de colonialidade do poder e estado nação, ou seja, soberania, propondo: “A diferença definitiva entre os processos que chegaram a atingir e afirmar Estados-nação modernos e os que não, reside no modo e medida de suas respectivas relações com a colonialidade do poder”^{xi}.

Esse autor é mais definitivo quando propõe que:

A colonialidade do poder, entretanto, esteve e está de todo modo ativa, pois faz parte do contexto global dentro do qual ocorrem os processos que afetam todos os espaços concretos de dominação. Porque a concentração dos processos de democratização e nacionalização dos Estados modernos na Europa ocidental, até o século XX, dá conta, precisamente, da imposição mundial da colonialidade do poder (Quijano, 2002).

A especificidade conceitual dada ao termo “colonialidade” por Quijano nesse seu artigo, provavelmente tivesse a intenção de refinar o grave conceito de colonização ou colonialismo, como propriedade das novas formas de dominação em tempos de globalização.

A pergunta que permanece é porque buscar aprofundar ou “inovar” em um conceito – a colonização – que permanece com a mesma essência na América Latina desde os séculos XV e XVI, com relação ao jamais obtido direito de soberania dos povos? Ontem, a Companhia das Índias (pau Brasil, especiarias na Amazônia etc.), hoje as empresas exploradoras de riquezas naturais (minerais, petróleo, etc.) e da biodiversidade! Ou, de uso de terras indígenas invadidas pela atividade do agronegócio em mãos do grande capital internacional! O atributo da “colonialidade” dos empreendedores colonizadores não é o mesmo, em sua essência!^{xii} É a perversidade de sua ação – ontem colonizando índios e escravizando negros, hoje substituindo pessoas por máquinas, mas o desemprego e a morte são os produtos dessa colonização ou colonialidade nestes tempos de globalização, como Quijano aponta! Com permissão, claro, do grande mestre!

Ficou para o final deste item, mas não são os menos importantes, dois grandes autores que trazem formulações preciosas sobre os conceitos-obstáculos para compreensão do mundo e nele inserir a compreensão das rugosidades, do território usado e da preservação do patrimônio cultural de interesse público urbano. Visitemos, então, Frantz Fanon e Milton Santos.

Frantz Fanon (1968), que refletiu profundamente sobre a colonização e o preconceito desenvolve sua tese em torno do que denomina bestialização do corpo, logo, da mente.

Daí a dificuldade em lidar com o preconceito! Está naturalizado! Dizem alguns que o Brasil é um país sem preconceito!

Em *Os Condenados da Terra* de Fanon, prefaciado por Jean-Paul Sartre é um livro essencial para nossa compreensão do mundo. Nossa, dos latino-americanos!

Sartre, nesse prefácio nos convoca: “Leiam Fanon: compreenderão que, no momento da impotência, a loucura homicida é o inconsciente coletivo dos colonizados”. (Fanon, 1968, p. 11).

Como um povo assim pode construir sua visão do mundo e decidir sobre que passado tornar memória e que futuro tem possibilidade de construir?

E Fanon é categórico quanto a isso e sua compreensão sobre a colonização, valendo-se inclusive do uso crítico das mentiras que apontamos aqui, como metáforas:

LIBERTAÇÃO NACIONAL, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento. Em qualquer nível que a estudemos - encontros interindividuais, denominações novas dos clubes esportivos, composição humana das cocktails-parties, da polícia, dos conselhos administrativos dos bancos nacionais ou privados - a descolonização é simplesmente a substituição de uma "espécie" de homens por outra "espécie" de homens (Fanon, 1968, p. 25).

Já, Milton Santos traz seu conceito de psicoesfera^{xiii}, que entende como uma nova configuração das mentes, adaptando-as as exigências do presente. Este autor nos oferece conceitos que apresentam uma redutibilidade entre si, qual seja a psicoesfera e a tecnoesfera^{xiv}. Essa redutibilidade é quem constitui o meio técnico-científico informacional^{xv}, condição para o uso do território pelas grandes corporações, diante do qual a preservação do patrimônio se apresenta como desafio.

Como em meio a essa complexidade, diversidade conceitual, lidar com a história e cultura humana e, preservá-la?

d) Patrimônio Cultural, de interesse público.

Na perspectiva deste ensaio, patrimônio é aqui entendido no sentido do objeto preservado, definido como conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados a uma pessoa, a sociedade, ao Estado ou a uma entidade ou organização.

Já o patrimônio cultural, tema desta reflexão aceitamos a proposta de Carlos Lemos, inspirada em Hugues de Varine-Bohan que o entende sob três aspectos: 1. a natureza, o

meio ambiente, os recursos naturais; 2. as técnicas, o saber e o fazer; 3. Bens culturais (toda sorte de coisas, objetos, artefatos), toda sorte de construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.

Esta reflexão, dada a complexidade da preservação dos patrimônios culturais urbanos e seus custos, tratará apenas de fazê-la em termos daqueles de interesse público. Sabemos, no entanto, que instituições de interesse privado, quando de sua conveniência atuam como preservadoras de patrimônios de interesse público. Mas, entendemos que a questão da preservação e da memória de todos os aspectos de um povo, com vistas a criar sua história só podem ser entendidas como políticas de Estado, para além, portanto, das políticas de governo. Daí o rigor para suas definições. É a nação livre e soberana que controla sua história e decide o que preservar dela.

No Programa elaborado no âmbito da Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado de São Paulo, citado anteriormente, o Professor Eduardo Yazigi (1976) circunscrevia esse conceito ao que denominou então de patrimônio ambiental urbano. (Restrito, portanto, ao projeto que lá então implantamos, em 1976).

Estes conceitos obstáculo são aqui tratados uma vez que estão diretamente implicados na concepção de mundo daqueles envolvidos nesse processo: pesquisadores, professores, administradores públicos, políticos e, também, o cidadão comum. Daí a importância de discuti-los e explicitá-los no caso de uma reflexão teórico-metodológica, propósito deste texto.

Então, em que mundo vivemos hoje, que impõe essa discussão?

3. Um período, uma crise, perversidades e um mundo novo: o território usado como categoria de análise social

Todo professor e cientista precisa, necessariamente, num continente como o nosso e com sua história – a América Latina - ser também um pensador e elaborar sempre sobre sua visão de mundo. Este é um princípio que dá coerência ao Método científico e do pensamento.

O trabalho científico – a produção de conhecimento - não pode ser incoerente com essa visão de mundo, visão da mutante realidade concreta. Não pode haver desencontro entre aquilo que pensamos, o que estudamos cientificamente e, nossas esperanças de mudança. É a esse sistema coerente de ideias também chamado de Método, que vai ter início lá na antiguidade grega e que, na denominada modernidade começa a ser exigido,

sobretudo, por Emmanuel Kant, Henri Bergson, mas também por Marx, Gramsci, Sartre, Martin Heidegger, Hannah Arendt, Agnes Heller, Ortega y Gasset, Bruno Latour, Gilbert Simondon, para falar de alguns dos inspiradores deste ensaio, que se dedicaram a compreensão do mundo e da História. A questão do Método importa neste texto, pois ela será um fundamento destas reflexões sobre Território Usado, Rugosidades, Patrimônio e Memória no século XXI.

A inspiração para a compreensão do mundo em que vivemos está em Milton Santos (2000) e seu pequeno grande livro *Por uma outra Globalização* onde propõe o mundo entendido como fábula, como perversidade e como uma outra possibilidade de globalização, ou como quer ele “uma outra globalização”. Mas, tudo isso acalentado por este período da história que ele vai denominar de técnico-científico informacional, onde a técnica e sua racionalidade objetiva têm um papel central. Não há tempo neste artigo para aprofundar estas questões e nem é seu objetivo. Mas, apenas, registrar alguns dos fundamentos deste ensaio.

A técnica sendo usada na dinâmica essencial deste período histórico implicará em um processo intenso e contínuo de seletividade de toda ordem, mas, sobretudo, aquele que fundamenta esta reflexão sobre território e patrimônio que são as seletividades e as desigualdades socioespaciais.

Não há tempo também para elaborar sobre o tipo de homem que esse período produz: seria o homem de Henri Lefebvre, o “Cibernantropo”; o “homem integral” de Merleau Ponty ou o “homem concreto” de Agnes Heller? Ou, ainda, o homem dominado pela matéria trabalhada de Sartre, “homem produto de seu produto”, da humanização desumana da materialidade, como nos ensina em sua magnífica reflexão, tão importante para a Geografia Nova, contida no sentido das “práxis” individual e o prático-inerte! (Sartre, 1985: 295). Ou, ainda, do homem separado, desligado do mundo pela alienação, um dos traços característicos e mal percebidos da condição moderna, que assume proporções monstruosas nas décadas dos totalitarismos (1933-1953) que ainda precisam ser esclarecidos, segundo Hannah Arendt (1972). Este é um ponto de partida humanista para estas reflexões.

Este período histórico é ao mesmo tempo uma crise, como afirma Milton Santos (2000), fato que se constitui em uma das maiores novidades da história. Como período ele apresenta um sistema coerente e contraditório de coexistências e sucessões; como crise gera manifestações diferentes diante das racionalidades propostas pelo sistema, com contra racionalidades dispersas por todo planeta. Uma dessas racionalidades, por exemplo,

do ponto de vista da denominada “geografia política” é o permanente rearranjo exigido pelos processos de fragmentação, refletido na constituição ou reivindicações por criação de novos Estados: a Crimeia, a Irlanda, os Bascos, a Catalunha, entre tantos.

Do ponto de vista das cidades, as manifestações por novas demandas sociais se apresentam em função das próprias características do período histórico em que vivemos onde a diversidade, a complexidade e a totalidade tornam-se passíveis de visão empírica.

É evidente que esse mundo novo terá implicações diretas sobre os modos de vida, os usos do território e a constituição dos lugares no planeta, diante das novas possibilidades dadas pelas técnicas e tecnologias dóceis, como aquelas da informação, que fazem aparecer no mundo novas formas de realização e manifestação dos processos políticos e culturais.

Esse homem novo constitui o mundo novo, um novo projeto civilizatório, ainda difícil de ser percebido, mas, certamente, já anunciado com todas as contradições que este período-crise carrega. É a isto que temos denominado na Geografia Nova de período demográfico ou período popular da História. Nele as pessoas começam a reagir, especialmente nas periferias das grandes cidades, ao processo histórico de uso do território, ou seja, os processos de constituição das desigualdades socioespaciais, característica essencial deste período histórico em que vivemos e, onde a ideia de patrimônio humano ou natural é completamente ignorada por todo tipo de agressão do modo de produção vigente, ainda que moribundo.

Resta-nos saber que espaço humano é esse que a História nos reserva e, nele, qual será o sentido de patrimônio e de memória a serem preservados e conservados^{xvi}?

Afinal será desse e para esse homem novo, o patrimônio a ser conservado e preservado!

Esta é uma reflexão filosófica sobre o mundo e o sujeito desse mundo – o ser humano – que preside aqui, o sentido dado ao patrimônio, a memória, sua conservação e preservação. Junte-se a isso, ainda, a busca de clareza sobre os objetivos a serem alcançados por essas ações práticas de preservação, restauro e conservação do patrimônio ambiental urbano^{xvii}.

A proposta aqui é aprofundar o conhecimento do que seja o território, conceito que está na moda e aparece tanto em textos acadêmicos quanto em discursos políticos os mais variados. Mas, embora muito citado ele não é usado como conceito, como princípio do Método, ou seja, como fundamento do percurso de um

raciocínio dentro de um sistema coerente de ideias, como categoria de análise social.

O território só existe quando usado, praticado. Ele é a expressão histórica do espaço geográfico por nós entendido como instância social “uma indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações”. Indissociabilidade entre objetos e ações entendida como expressões e resultados das relações sociais.

Portanto, como instância, logo abstrato, o espaço geográfico, espaço banal, isto é espaço de todas as pessoas, instituições e organizações, espaço de vida do ser humano na superfície do planeta Terra. Como instância, esse espaço não pode ser produzido como pretende Henri Lefebvre em *La Production de l'Espace* (1974)^{xviii}. Não há produção do espaço! Há produção dos usos do território historicamente produzidos, que resultam em paisagens visíveis a olho nu, até onde a vista alcança. Esta também é outra questão que fundamenta a discussão aprofundada sobre os processos de preservação do patrimônio urbano ou mesmo natural! Esta última, hoje, na ordem do dia, porém desviada para a questão climática, desmatamento, entre outras, quando ela é em verdade o produto claro da voracidade dos processos produtivos no dito mundo globalizado, gerador permanente de crises, dada a essência do seu funcionamento acionado pelas técnicas e tecnologias.

Daí o entendimento aqui de que o espaço geográfico é uma instância social, tanto quanto a economia, a cultura e a política, isto é, algo que se impõe a tudo e a todos e, que o território usado seja sua expressão histórica. Então, aquele – o espaço geográfico - é uma instância, um conceito abstrato constituinte central do Método geográfico e seu objeto e, este – o território usado – sua historicização específica, em função das dinâmicas das formações socioespaciais, ou seja, as particularidades que o modo de produção vigente – o capitalista – assume diante dos processos particulares, resultantes das relações sociais de cada formação territorial pela dinâmica da divisão internacional do trabalho.

Assim, o uso do território se constitui em uma categoria social de análise. Seu estudo nos permite verificar a forma como a sociedade produz e se organiza pelo uso do território, seus objetos geográficos, hoje cada vez mais tecnificados, a partir das ações realizadas por sujeitos, em função de seus interesses. São esses usos, por sua vez, constituídos pelas dinâmicas dos lugares, instituídos por acontecimentos solidários que revelam interesses específicos. Não há tempo neste texto para aprofundar a natureza desses acontecimentos e as paisagens que deles resultam. De qualquer modo, o lugar sendo espaço de acontecimentos, eles são

abstratos^{xix}, por isso se constituem e se desfazem em função de interesses a serem realizados, sejam eles quais forem.

Os lugares, se constituem de modo homólogo (aconteceres idênticos^{xx} em localidades distintas), complementares (aconteceres complementares aos homólogos, porém mais complexos), e hierárquicos, cada um deles se expressa de modo distinto na organização do espaço o que, aliás, nos interessa nessa discussão sobre patrimônio, rugosidades, preservação e memória.

Os usos do território e as dinâmicas dos lugares, portanto, serão expressos por pares dialéticos que os caracterizam: fluidez/viscosidade e densidade/rarefação que revelam as decisões da sociedade na organização do espaço, ou seja, como se dá pelo uso do território essa indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistema de ações na construção das paisagens e, nestas, como identificar rugosidades, patrimônio e preservá-los.

A fluidez é uma demanda que o modo de produção vigente cria para a aceleração da mobilidade de pessoas e de mercadorias, das trocas. A resultante dessa fluidez, na cidade, se dá pela concentração de equipamentos e serviços (densidades técnicas) em pontos específicos e estratégicos, no centro das cidades, pela voracidade da ação do capital imobiliário especulador, em detrimento das periferias cada vez menos favorecidas, ponto de vista do uso do território pelos equipamentos e serviços de interesse coletivo e social.

É preciso lembrar que o mundo de hoje se caracteriza pela produção de perversidades. As desigualdades socioespaciais expressas pela natureza dos processos de uso do território nas periferias urbanas, com demandas imensas, pois tem carências de toda ordem é, certamente, a maior dessas perversidades.

Defendemos a tese de que essas periferias estão distantes das tecnologias pesadas, materiais, mas são permeadas no mundo de hoje pelas tecnologias doces, as tecnologias da informação, que lhes permite qualificar o amálgama que faz com que os pobres não tenham sido abolidos da história humana durante todos estes séculos, em função do esforço de preservação e adaptação de suas culturas nativas aos novos tempos de sempre. Por isso nunca foram destruídos ou extintos, diante das maiores perversidades às quais estão sempre submetidos! Aí também reside a esperança da preservação de patrimônio cultural e da memória^{xxi}.

Nas cidades e nas metrópoles, onde a pobreza se instala, pela natureza do uso do território e pela essência do sistema de ações correspondente que não foram dominadas pela volúpia do tempo presente, resulta uma diferença

qualitativa de processo civilizatório. Nelas as relações sociais são distintas, complexas, difíceis, mas a vida se dá, contrariamente aos discursos alarmistas, daqueles que explicam a violência, onde os sujeitos da periferia são sempre chamados a se responsabilizar por ela, vinculando-os a processos intensos de criminalização da sua própria existência. Os habitantes da periferia não são sujeitos da violência, são suas maiores vítimas! Vide o genocídio dos pretos na periferia de São Paulo!

O problema para os analistas que tem ignorado a atuação dos pobres nesses processos, especialmente, aqueles das periferias das grandes cidades, é que eles são maioria e, com ajuda das tecnologias doces, embora privados de quase toda possibilidade de aceder a cidade, atualmente, eles – os pobres e esses processos tecnológicos – as ocupam, através de processos políticos novos, que ainda não conseguimos compreender, profundamente, mas que contribuem com o processo de preservação constituindo lugares na cidade. O Hip Hop é exemplar nesse processo, bem como os artistas de rua.

Mas, esta é também uma outra questão que, a despeito da racionalidade exigida por este período histórico aparentemente dirigido pela lógica dura da técnica, a dinâmica da periferia é outra, orgânica, maleável, buscando, cotidianamente – e esse é seu tempo histórico – a sobrevivência constituindo processos de resistência, a partir da prática de uma nova política, esta sim, convivendo com inadmissíveis processos de violência expressos por exemplo, pela convivência e coexistência com o crime organizado, a obrigatoriedade de obediência da lei do silêncio, etc etc.

Acreditamos num mundo novo – numa outra globalização – a partir dos debaixo, com outros valores culturais e civilizatórios que garantirão a continuidade da história, contrariamente àqueles que imaginavam seu fim a partir de uma visão de mundo tecnicista, consumista ditadas pelas fabulações como propõe Milton Santos ou mentiras, como quer Bermejo. Estas mentiras tem sido indispensáveis na manutenção de um período agonizante da história, o técnico-científico-informacional, que resultou na acumulação infinita de possibilidades de vida melhor para todos, que agora será assimilada certamente por todos aqueles que, de fato, são os criadores de uma nova política, de um novo modelo civilizatório, cujos discursos e demandas já estão nas ruas das grandes cidades do mundo. Basta ouvi-los e, se possível, compreendê-los.

Estas são interpretações e reflexões sobre o mundo novo, onde o número de pobres estará sensivelmente aumentado, como observamos nos dados sobre a concentração de riqueza no planeta

sempre exibidos pelos anuários econômicos, onde um novo modelo civilizatório emerge – o período popular da história – onde a questão da preservação do patrimônio cultural se ampliará e, certamente, sofrerá uma outra interpretação, sentido e dinâmica. Daí o esforço deste ensaio teórico!

4. Patrimônio e preservação, diante do novo Período Popular da História

Foi exposta acima a importância do espaço não ser entendido apenas como forma, lamentavelmente quase sempre como forma vazia e não como forma-conteúdo, como um prático inerte, como propõe Sartre.

Como estabelecer, então, um diálogo com a revisitação do espaço/tempo, a importância de congelá-los pela forma ou pela memória, para preservá-los? Impossível dissociar, nesta neste ensaio, essas duas dimensões.

Na perspectiva de continuar a avançar entendendo as formas chega-se, então, a Sartre e Bergson^{xxiii} (2005), para compreender e fazer avançar o diálogo com Milton Santos e sua preciosa Geografia Nova.

É interessante retomar Bergson pois, apesar de todas as polêmicas envolvidas com o seu pensamento – há elementos a serem recuperados para fundamentar e propor algum avanço nesse diálogo da Geografia com os preservacionistas e conservadores do patrimônio cultural.

Não é objetivo desta reflexão trazer de forma detalhada como fez Ecléa Bosi (1994) em seu primoroso “Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos”, uma reconstituição profunda sobre o significado da memória, onde ela usa Bergson e Maurice Halbwachs^{xxiiii}.

Por que e o que em Bergson?

Em seu livro *A Evolução Criadora* (2005), estão formuladas algumas questões de fundo que podem ajudar na compreensão – aliás muito bem problematizada e encaminhada por Juca Vilaschi (2014) em sua tese de doutorado – sobre o sentido, o processo e a forma de preservação na cidade de Ouro Preto.

Para contribuir com essa discussão premente nos tempos que estão por vir, esta reflexão está lastreada por propostas de Henri Bergson no Capítulo IV do seu livro, intitulado “O mecanismo cinematográfico do pensamento e a ilusão mecanicista. Lance de olhos na história dos Sistemas. O Devir real e o falso evolucionismo”. Ai pode ser encontrado uma reflexão primorosa que certamente muitos já conhecem intitulada O devir e a forma (Bergson, 1964), ou seja, sobre a duração,

tema inerente àquele da preservação do patrimônio urbano.

Mas pensamos nós alguma vez a verdadeira duração? Aqui, novamente, uma tomada de posse direta será necessária. Não se alcançará a duração por um desvio: é preciso instalar-se nela de saída. É o que a inteligência se recusa a fazer o mais das vezes, habituada como está a pensar o movente por intermédio do imóvel (Bergson, 1964, p. 323).

A preocupação de Bergson é tanto com a matéria quanto com o espírito, numa reflexão profunda, aparentemente a-histórica. Mas para ele, todo autor, é um sujeito histórico, portanto, com uma visão de mundo e uma sensibilidade apontada para o desenvolvimento do seu trabalho, tese que apontamos aqui no item 3 acima.

Em Bergson pode-se rever, primeiramente, o sentido da ação para recuperar com ele o sentido da duração. Ação e duração são questões importantes para a Geografia desvendar o espaço geográfico e a materialidade dele decorrente: a paisagem. Trata-se, daquilo que é essencial, questão deste ensaio: a lida concreta do espaço/tempo. Trata das remanescentes no espaço, como propõe Milton Santos com suas “rugosidades” que serão tratadas, a seguir, no próximo item deste texto, expressas por um esquema (figura) lá comentado. Diz Bergson que “as formas da ação humana se aventuram fora de seu território próprio”, sendo isso uma das maiores dificuldades filosófico. Somos feitos para agir tanto quanto para pensar. Por isso não devemos nos assustar quando os hábitos da ação impregnam os hábitos da representação.

Mas, também, nos ensina o filósofo que, toda ação humana tem seu ponto de partida em uma insatisfação e por isso mesmo, em um sentimento de ausência. “Nossa ação procede assim de nada para algo e tem justamente por essência bordar “algo” sobre o canevás do “nada”. Mas, nos alerta esse autor que o nada de que se trata aqui, não é tanto a ausência de uma coisa quanto, a de uma utilidade. Nesta perspectiva, de que se trata “o que preservar”? Refiro-me aqui ao mundo das ausências ou das utilidades?

Geograficamente falando, as paisagens demonstram pela sua crueldade, especialmente, nas grandes cidades que caminhamos intensamente para o mundo das utilidades, fundamento precioso da sociedade do consumo, da qual milhões de seres humanos na superfície do planeta foram alijados, felizmente. Caso contrário como surgiria o novo sujeito do mundo do futuro?

Se cotejarmos esta forma de expor a ação, relacionando-a com aquela de necessidade apresentada por Ortega y Gasset em sua *Meditação sobre a Técnica* (2010), veremos que aí, exatamente,

se encaixa o viver. Suprir as necessidades para viver e, posteriormente, com o nascimento do “supérfluo”, para viver bem.

Importante destacar que para Bergson o trabalho humano consiste em criar utilidades e, enquanto o trabalho não está feito, não há nada. Claro que estamos aqui no campo da filosofia e não da economia política! Nesta o trabalho humano cria utilidade significando valor, mais valia.

Contudo, a história que diz respeito a esta discussão reside na perspectiva de uma outra pesquisa, na explicitação da dimensão e da importância do lugar, que nos permite também avançar no mundo do “não trabalho”, do ócio, como já vem sendo discutido há tempos, por muitos autores, como o faz Racionero (1983). Este autor ensina que há uma hierarquia de necessidades humanas que a sociedade deve oferecer, sucessivamente: 1) a supervivência (necessidades corporais, proteção, segurança, tranquilidade; 2) a auto realização: o sentido de pertencimento família, clã, comunidade, a necessidade de amizade, afeto, amor e o sentido de respeito, estima, aprovação, dignidade humana e, 3) a transcendência, a dimensão criativa, poética, liberdade para desenvolver talentos e capacidades na semente da personalidade individual. Vejamos, ainda:

As condições objetivas do final do século XX assinalam a possibilidade de concretizar estes ideais abstratos em uma sociedade do ócio cujo recurso fundamental é a noção de medida: no econômico por um desenvolvimento sem crescimento, que autolimite a agressividade competitiva e a avaréza acumulativa; no ecológico por uma escala humana que converta as cidades em habitáveis e descentralize a população em comarcas e cidades Estado onde possa recuperar o indivíduo universal (Racionero, 1983, p. 140).

Tais questões, tão sumariamente aqui colocadas, introduzem um aspecto que também diz respeito ao que preservar e conservar no mundo novo, dadas as características que ele apresenta, especialmente em seu movimento para o devir tema também caro a Bergson, que será tratado a seguir, após explicitar a questão da duração, aparentemente seu aspecto antagônico, mas que nos remete, em cheio, a discussão proposta por este ensaio.

Considerando aqui as proposições da geografia renovada sobre a importância do lugar - espaço do acontecer solidário, como propõe Milton Santos - na constituição do mundo do presente, se nos apresenta um obstáculo enorme a ser desvendado para a sociedade do futuro, caso nossas hipóteses se realizem.

Trata-se aqui de estar surgindo um protagonismo importante da maioria pobre, preocupada com a sobrevivência, historicamente,

logo na lida com o tempo presente e com o tempo cotidiano, o tempo curto, tempo da ação concreta. A constituição da inteligência tem um determinante na existência, da vivência de cada um e da organização social como um todo. Este tema é essencial para a discussão da duração, da preservação. Daí a importância dos estudos sobre a memória, que precisará ser convocada nesse processo. Memória como História.

Yazigi (2019) alarga ainda mais a dificuldade teórica a que nos propusemos ele e esta autora a enfrentar: teorizar sobre a questão patrimônio público a ser preservado.

Considere-se ainda que o patrimônio histórico e artístico oferece um único ingrediente da consciência histórica no contexto de um mundo de fatos, com múltiplas fontes de informação complementares, de diversas interpretações de História política, da arte, dos valores de cada tempo etc. Uma exaustão porque existe incrível número de Histórias. (Yazigi, 2019, p. 3).

Na ação é o resultado que interessa, assegura Bergson. É a práxis, de acordo com as concepções marxistas! Na ação os meios importam pouco, uma vez que os objetivos sejam alcançados. É nesse mergulho da objetividade que a ideia se torna um ato. Esta dimensão restritiva, pois ideológica faz com que os “movimentos constitutivos da ação ou escapam a nossa consciência ou só lhes chegam confusamente”.

Desnecessário lembrar a essa o sentido dominante da História não espessa dos processos de preservação, conservação e restauração. Uma ideologia, sobretudo das classes dominantes regem pesadamente esses processos. É nesta perspectiva que o conceito de espaço geográfico e território usado merecem ser trazidos, destacando que a compreensão da natureza do espaço envolve procedimentos racionais (aqui quase sempre mais ideológicos que políticos) e emocionais, os sentimentos de pertencimento, de afeição, de estímulo ao aprimoramento do espírito.

Não há espaço neste texto para desenvolver as formulações de Bergson sobre este tema a respeito da nossa percepção sobre a ação através dos órgãos sensoriais e dos órgãos motores. A arquitetura, por exemplo, nasce, vive e morre nestas águas!

Então, mergulhados que estamos na técnica, nesta contemporaneidade de constituição acelerada e fugaz da materialidade que nos cerca, se a matéria nos aparece “como um perpétuo escoamento, não atribuíríamos um termo a nenhuma de nossas ações”. Sentiríamos cada uma delas se dissolver à proporção que se fosse realizando e, não anteciparíamos um porvir sempre pungente. Eis aqui um diferencial importante, ainda, na proposição do lugar, tal como entendido

aqui e explicitado anteriormente, como uma categoria de análise na constituição do porvir, como defendido, aqui.

Sendo o caldo, o amálgama de constituição da nova política, os lugares, acontecimentos solidários, se descolam, para a maioria do mundo, da materialidade imposta por esta racionalidade do presente. Como nos ensina mais uma vez Bergson, “é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde”. Qual a lembrança dessa maioria, produto de um processo histórico e secular de escassez que lhes são impostas, de demandas não atendidas?

Ecléa Bosi (1994) nos demonstra com clareza a conflitualidade permanente existente na memória. O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. Na constituição do passado – do processo da vida – as circunstâncias são determinantes! Dilema a ser enfrentado nesses processos de preservação do patrimônio cultural de interesse público, sua conservação e restauro: o que, para que e para quem e por quê?

Inacreditável, como em qualquer perspectiva histórica, desde que se criou a História escrita e acelerou-se o processo de conhecimento, Educação e História passaram a ser dois processos indispensavelmente siameses. E isto é essencial para o devir da preservação da memória coletiva, vale dizer, da História.

Trago aqui alguns argumentos apresentados por Marilena Chauí na arguição que preparou para Ecléa Bosi, em sua banca de livre docência, cuja tese foi transformada no livro que citamos aqui, sobre a memória dos velhos.

Destraindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. A memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido a monotonia da repetição, mas também por que uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. (Bosi, 1994, p. 19).

Qual a memória dos pobres?

Este será, certamente, um dos grandes obstáculos a serem vencidos na contraposição que, necessariamente precisará ser feita, à história desses homens pobres e lentos do planeta, que hoje tem a responsabilidade de conduzir a história do mundo, à partir dos seus lugares, incluindo-os nas preocupações dos processos de preservação do patrimônio cultural de interesse público. Não como folclore, mas como realidade histórica.

Nessa perspectiva, esse processo que sempre foi contemplativo com relação aos objetos

preservados, precisará também revisitá-los seja, ampliando a possibilidade dos sujeitos que contemplam seja, inserindo-os na própria contemplação de suas próprias ações, relacionadas aos tempos vividos no presente.

Associa-se, então o processo de preservação do patrimônio cultural de interesse público à materialidade, formas existenciais a serem preservadas, constituinte central da história dos pobres.

Hoje, felizmente, “o patrimônio imaterial”, quase sempre entendido como passado já vem sendo preservado. Mas, a outra história dos que vivem um presente repetitivo, sujeitos vitoriosos e não esquecidos da história precisará, então, ser examinada. Nesta perspectiva, preservação do patrimônio se confunde com liberdade e com democracia. A história do presente sendo revisitada, reestruturada, preservada.

Ainda que apresentada como “imaterial” ele tornou-se dependente da técnica. A saída desta perspectiva está, como já dissemos, no manejo pelos pobres das tecnologias doces, as tecnologias da informação, quando usadas para a manutenção da vida, “arma de Guerra” amplamente usada pelos homens pobres e lentos que acreditam no processo de mudança a partir da difusão da sua cultura. O movimento “hip-hop”, por exemplo, não nos deixa mentir. A flexibilidade tropical (a pirataria) não nos deixa mentir!

5. Território usado, Rugosidades^{xxiv} e Memória como possibilidades

Como foi visto nestas reflexões não foram incluídos os aspectos de cunho normativo e burocrático que afetam a questão central da nossa discussão. Buscou-se ampliá-la a partir daquilo que a geografia renovada possibilita, que é uma visão de porvir, uma visão de futuro que o território usado e a dinâmica dos lugares carregam em si mesmos, conceitualmente.

Por isso, à partir das questões tratadas até aqui neste texto, a discussão sobre o sentido do conceito de “rugosidades” proposto por Milton Santos, certamente uma possibilidade que os geógrafos têm de dialogar com os profissionais que se dedicam a conservação, preservação e restauração de memórias, percursos, formas/conteúdos conservação, restauração, foi deixado para o final.

Curiosamente, os geógrafos que têm na paisagem^{xxv} e sua compreensão porta de entrada para o manancial de suas reflexões, pouco cuidaram de compreender suas formas remanescentes até o presente. Raros são aqueles que cuidam, dos quais destaco Costa (2011), em sua tese de doutorado, onde busca compreender o

patrimônio pela totalização do fenômeno urbano, em diálogo com a concepção de “totalidade-mundo” de Milton Santos. Aquilo que Everaldo Costa denomina de patrimonialização global está fundamentado nas técnicas, na ciência e na informação enquanto catalizadores ressignificantes dos lugares, da cultura e da “natureza” no Planeta.

A Geografia é uma ciência do presente, proposta por Milton Santos como sendo também uma filosofia das técnicas. Mas, as formas do passado também estão representando trabalho vivo ou trabalho morto, expressando a dinâmica da divisão territorial e internacional do trabalho, expressa pelos usos do território.

Para o desvendamento do conceito de rugosidade, “... uma primeira realidade a não esquecer é a da propagação desigual das técnicas, nos ensina Milton Santos (1996, p. 35), cuja difusão e implantação promovem um processo de seletividade no espaço geográfico. Isso é mais profundo e intenso do que o denominado processo de segregação, alertado por Pinçon-Charlot, Preteceuille e Rendu, em 1986 do século passado. Aqui vamos da segregação para a seletividade, processo estrutural, dinâmica e permanente.

Prossegue alertando-nos Santos (1996) que esses sistemas técnicos constituem uma situação e são uma existência num lugar dado, permitindo então compreender a partir deles, um verdadeiro “substrato”, como as ações humanas se realizam. “Situações” técnicas que constituem objetos técnicos organizados como “meio técnico-científico informacional”, como visto anteriormente.

A maneira como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área. De ponto de vista específico da técnica dominante, como explicitado logo no início deste texto, a questão é outra: é a de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas. Este é a essência do conceito de rugosidade que geograficamente significa permanência, preservação, co-presença, duração de tempos diversos. (ibidem, p. 35).

Milton Santos também nos traz em sua reflexão a noção do “reverse saliente” de Hughes (1980, p. 73): os reverses salientes são componentes do sistema técnico que se tornou velho. Segundo Joerges (1988), “reverse saliente” são anomalias técnicas ou organizacionais que resulta da elaboração desigual ou da evolução desigual de um conjunto de tal maneira que, quando uma parcela progride, uma outra se atrasa”. (Santos, 1996, p. 36).

Milton Santos, já chamava a atenção sobre a noção de rugosidade mostrando que ela já estava

em Engels (2007, p. 410), ao considerar o espaço geográfico como um elemento de formação da sociedade em uma carta a Starkenburg (25 de janeiro de 1894) dizendo, explicitamente, “no conceito das relações econômicas, a base geográfica sobre a qual estas se desenvolvem e os vestígios realmente transmitidos dos estágios anteriores de desenvolvimento”. (Santos, 1978, pp. 136-140)

As rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico – territoriais, mas também como heranças socio territoriais ou sócio geográficas. (Santos, 1996, p. 36).

Há também que se distinguir os processos de uso do território praticado pelas pessoas, daqueles das empresas (as ações para o uso). No primeiro caso é que temos o espaço geográfico entendido como espaço banal, espaço de todos, como deveria ser o território nacional de um país, o nosso território abrigo, da nossa nacionalidade. Há complicações, pois há nações sem território e que brigam para tê-los. E há pessoas sem o direito ao território abrigo, ao uso do território, do seu espaço banal, como os pobres das cidades, como os migrantes do mundo cujo número aumenta, assustadoramente, dadas as perversidades do presente globalizado: migrantes das guerras, dos fenômenos naturais (os haitianos), da pobreza (os bolivianos paraguaios, peruanos) e aqueles que hoje na Europa padecem dos mesmos problemas que, historicamente, nós conhecemos em passado recente: os migrantes em busca de trabalho e não tanto para sair da miséria.

Esse território usado pelas pessoas como direito existencial – afinal não levitamos - território abrigo é definido por uma norma: a Constituição Nacional, à qual nas democracias e Estados de Direito se deve respeito cívico e jurídico. Trata-se do território normado, o território da nação, da sua existência. O território de todas as pessoas, de todas as organizações, de todas as instituições.

Mas, há um outro território que não é abrigo da grande maioria, para o qual não há normas nem constituições politicamente definidas na perspectiva de construção de um porvir: trata-se do território como norma, aquele usado pelas empresas, o território como recurso, invadido que é por regras e interesses externos a nação, cujo uso se dá mediante a constituição de acontecimentos hierárquicos, verticalidades como propõe Milton Santos, constituindo lugares privilegiados nos países, monitorados por controles remotos, causadores de processos intensos e permanentes de desigualdades socioespaciais, pois altamente seletivos e densos tecnicamente.

Diga-se de passagem, que os processos de preservação, conservação e restauro existentes no mundo, hoje operados por grandes empresas internacionais ou até mesmo “Bandeiras de cartão

de crédito” tem se imiscuído nesses processos mantendo aquela visão triunfalista a qual se referia Marilena Chaui sobre o trabalho de Ecléa Bosi, já comentado, fundamentando uma atividade que se calça nos objetos preservados (naturais e artificiais) que é o turismo.

Milton Santos chama de rugosidade “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (Santos, 1996, p. 113).

Por isso, trouxemos o turismo à baila, pois o argumento de preservação, conservação está sempre ligado as suas práticas, como em muitas cidades brasileiras, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro. Mas, sabemos todos que ele apresenta pelo menos dois limites nos países pobres e não soberanos: a sua faceta depredatória e seu processo segregador da fruição, para muitos.

Mas continua Milton Santos: “O trabalho já feito se impõe sobre o trabalho a fazer. A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais anteriores. E a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende ela própria, das formas geográficas herdadas”.

Assim, o critério da preservação, conservação e restauração não permanece apenas nos processos criados pela história humana, mas também pela história da natureza, que vai para além do consagrado “ambiental”, mas para a natureza propriamente dita. Aqui, preservação, conservação e restauro se encontram com a ética. A ética como manutenção da vida, a ética com relação a vida no planeta. Mas esta é outra história.

Josep Ramoneda, em um texto muito bonito que fez para o *Catálogo da Exposição sobre A CIDADE (LA VILLE)*, realizado em Paris no Beaubourg (Centro George Pompidou) é bem radical quando se trata de preservação de memória e patrimônio. Diz ele:

O planejador, o urbanista ou o político, olham a cidade como um plano sobre o qual se intervém e, quando ele se depara com as rugosidades da realidade, eles a destroem ou a detestam. (Ramoneda, 1994, p. 15).

É exatamente disso que está sendo tratado com esse sentido das rugosidades aqui propostas, embora o autor acima se restrinja apenas a questão da cidade.

As rugosidades são impregnadas de ação, duração, coexistências, integrando a formação socioespacial, o meio técnico-científico informacional, constituindo lugares. Elas fazem parte do processo histórico de uso do território, da

formação territorial no sentido mais legítimo que lhe dá a geografia. Embora passado, as rugosidades, como forma do passado assim, são sempre presentes, como paisagem.

Figura 1 – Um método: um edifício metodológico coerente!



Fonte: elaboração da autora

6. Breves considerações finais, como ensaio inicial...

“O que a memória ama fica eterno”, nos ensina Adélia Prado, inspirada poeta, professora e filósofa do cotidiano brasileiro.

O que importa refletir com essa temática tão importante e diz respeito a um critério indispensável para a compreensão do mundo - a totalidade (espaço/tempo agindo) - é que ela diz respeito também a essa reflexão sobre o porvir, sobre o futuro do mundo urbanizando-se, aceleradamente. Como diria Hannah Arendt a cidade é ao mesmo tempo memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, passado e futuro.

Foi, então, a partir do espaço geográfico, espaço banal^{xxvi} considerado uma instancia social, uma totalidade em movimento historicizada pelo uso do território que caracteriza cada formação socioespacial, que é dada a estrutura dura do Método construído para a elaboração deste ensaio.

Daí, o conceito de lugar aprimorado, como acontecer solidário e não como localidade, dá musculatura a possibilidade de compreender os processos que caracterizam as ações de preservação, conservação e restauro do patrimônio cultural de interesse público. Terreno fértil então preparado pela ciência geográfica para juntar

rugosidade e memória, essência do conceito de patrimônio, aqui considerado.

Este ensaio geográfico, que traz como contribuição a preservação do patrimônio cultural a partir do conceito de rugosidade, proposto por Milton Santos, buscou explicitar a complexidade dessa reflexão, partindo de uma característica desta contemporaneidade da criação de conceitos-obstáculo impulsionado pela força da ideologia na vida contemporânea, alimentada pelo consumo, seu produto mais bem acabado, no qual um dos aspectos da preservação do patrimônio aqui sugerido foi o do turismo.

Para buscar rigor no Método de construção deste ensaio, sugerimos a explicitação de uma compreensão da condição dada pelas características do mundo do presente de fazer do futuro âncora e não mais do passado. As reflexões feitas sobre a visão do mundo do presente e as possibilidades de construção do mundo do futuro a partir das resistências e contra racionalidades que nascem nos lugares – esse espaço do acontecer solidário, expressa pelos sistemas de ação, pela duração, enfim pelas rugosidades.

As contribuições trazidas sobre as relações entre a ação, a duração, o porvir e a memória, uma abordagem importante para esse diálogo necessário entre a Geografia e as disciplinas interessadas nas questões de conservação e preservação, mediadas pela filosofia e, claro, por uma compreensão mais generosa sobre o processo de construção da história pela maioria os sujeitos – os homens pobres e lentos do planeta.

Território usado, rugosidades, as dinâmicas dos lugares expressam as “forma/conteúdo” e os “prático-inerte” revelados nas paisagens como vivências, costumes, cultura, enfim como Histórias, como nos ensina Eduardo Yazigi (2019).

A rugosidade é proposta como algo que permanece, forçosamente, como resistência às dinâmicas da natureza ou da sociedade, sugerindo, portanto, um alargamento na compreensão do que deve ser preservado.

Ou seja, a preservação lida com a totalidade em movimento – o espaço banal – onde não pode deixar de ser considerada também as histórias e culturas dos homens pobres e lentos, quantos vezes tumultuados por processo de preservação infinitos e atrapalhados por normas, memórias seletivas que usurpam o espaço do cidadão e seu direito, também, ao espaço banal. E, esse conceito implica também no respeito às histórias da natureza, arrasadas pela volúpia dos usos do território, como foi exposto aqui.

Questão importante e interessante do ponto de vista teórico, porém com um longo caminho pela frente, especialmente entre os

geógrafos que tem uma enorme responsabilidade de desvendar as paisagens, sejam elas quais forem.

Espaço geográfico, território usado, totalidade, rugosidade, lugar, memória, cultura, patrimônio de interesse público, ação, duração, política, economia, civilização, entre tantas abordagens do conhecimento são palavras-chaves para a compreensão do porvir e sua construção. Este ensaio é uma modesta contribuição para tanto.

7. Referências bibliográficas

- Alvarado-Sizzo, I.; Costa, E. (2019). Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. *Investigaciones Geográficas* 99). <http://www.investigacionesgeograficas.una.mx/index.php/rig/article/view/59792/53322>. Consultado em 29/07/2019, às 17,30 hs.
- Arendt, H. (1972). *Du mensonge à la violence*. Essais de Politique Contemporaine. Calmann-Levy, Paris: Chez Pocket.
- _____. (2012). *Origens do Totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Baudrillard, J. (1996). *As estratégias fatais*. Rio de Janeiro: Ricco.
- Bermejo, J.C. (2012). *La consagración de la mentira. Entre la realidad y el silencio*. Barcelona: Siglo XXI.
- Bergson, H. (1964). A evolução criadora (A. C. Monteiro, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Delta.
- Berque, A. (2000). *Écoumène. Introduction à l'étude des milieux humains*. Paris: Éditions Belin.
- _____. (2014). *Poétique de la Terre. Histoire Naturelle et histoire humaine, essai de Mesologie*. Paris: Éditions Belin.
- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Costa, E. (2011). *Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. Tese de Doutorado defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, orientada pelo professor Francisco Capuano Scarlato.
- Engels, F. Carta de Friedrich Engels a Walther Borgius (Heinz Starkenburg), 25 de Janeiro de 1894. In: SVERDLOV, M. Cartas de Karl Marx e Friedrich Engels. Paris: Editora da UCR J, 2007. (Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels250194.htm>). Acesso em 05/08/2019.

- Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hughes, T. P. (1980). *Networks of power, electrification of western society*. John Hopkins University Press. Baltimore/London.
- Joerges, B. (1988). Large technical systems: concepts and issues. In Maynz, R.; Hughes, T. P. (eds). *The development of large technical systems*. Campus Verlag, Frankfurt. pp: 9-36.
- Lemos, C. (1979). *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP.
- Lefebvre, H. (1974). La production de l'espace. *L'Homme et la société*, 31(1), 15-32.
- Lévy, J. ; Retailié, D. ; Durand, M.F. (1992). *Le Monde: espaces et systèmes*. Paris: Dalloz.
- Marx, M. (1980). *Cidade Brasileira. São Paulo*. São Paulo: EDUSP.
- _____. (1989). *Nosso Chão: do Sagrado ao Profano*. São Paulo: EDUSP.
- Morin, E.; Nair, S. (1997). *Pour une politique de civilisation*. Paris: Arlea.
- Ortega y Gasset, J. (2010). *Meditações sobre a Técnica*. Recife: MEC/Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana. Coleção Educadores.
https://www.academia.edu/33469018/Medita%C3%A7%C3%A3o_sobre_a_T%C3%A9cnica_Ortega_y_Gasset
- Pinçon-Charlot, M.; Preteceille, E.; Rendu, P. (1986). *Ségrégation urbaine: classes sociales et équipements collectifs em région parisienne*. Paris: Anthropos.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder. Eurocentrismo e América Latina. In *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf
- _____. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. Instituto Astrogildo Pereira/UNESP. *Novos Rumos* 17 (37)
- Racionero, L. (1983). *Del paro al ocio*. Barcelona: Anagrama, Colección Argumentos.
- Ramonedá, J. (1994). Qu'est-ce que la Ville? In Dalthier, J. ; Guiheux, A. *La Ville. Art et Architecture em Europe. 1870 – 1993*. Paris: Centre Georges Pompidou.
- Reis Filho, N.G. (1968). *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. Pioneira: São Paulo.
- _____. (1978). *Quadro da Arquitetura no Brasil*. Coleção Debates nº 18, 4ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (1994). *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1982). *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: HUCITEC.*
- _____. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC.
- _____. (1996). *A Natureza do Espaço. técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC. * *Editados recentemente pela EDUSP*.
- _____. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Sartre, J.P. (1985). *Critique de la raison dialectique. Précédé de Questions de Méthode*. Tome I. Paris: Gallimard NRF.
- Souza, M. A. (1994). *A Identidade da Metrópole*. São Paulo: EDUSP/HUCITEC.
- _____. (2015). Multidisciplinaridade na pesquisa geográfica contemporânea. In Rocha, M.; Garbin, E. *Multidisciplinaridade na pesquisa geográfica contemporânea*, pp. 7-22. Maringá: UEM- PGE.
- Toledo, B. (1980). *Três Cidades em uma só*. São Paulo: Duas Cidades.
- Vilaschi, J.N.S. (2014). *Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto – MG*. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH da USP.
- Yazigi, E. (1976). Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano. *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional*. CAR/Coordenadoria de Ação Regional. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.
- _____. (2019). Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal um enlace de geografia-urbanismo-planejamento e turismo. *PatryTer Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2 (3), pp. 1-7. Localizável em <http://periodicos.unb.br/index.php/patryter/issue/view/1523/276>

Notas

ⁱ Prossigo com minhas preocupações sobre o tema em 2007 orientando a dissertação de mestrado de Maria do Carmo Alves intitulada Planejamento Urbano e formação territorial: Sobral e suas contradições, defendida em 2009 e, posteriormente, sua tese de doutorado intitulada Fundamentos socioespaciais do Patrimônio Histórico do Ceará (2014), que não pude terminar a orientação e que foi acolhida e concluída com meu colega Francisco Capuano Scarlato; ambas defendidas junto ao Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da USP. Essas reflexões foram continuadas em 2014 na preparação de uma conferência

na FUNDAÇÃO CULTURAL DE OUTRO PRETO, aprimoradas em uma reunião promovida pelo CAU/BR, pelo IAB/RORAIMA e pela UFRR, em Boa Vista, em setembro de 2018. E, finalmente, em 2019, preparando uma intervenção em uma mesa redonda intitulada Cidades, utopismos patrimoniais e a integração latino-americana em companhia do Professor Everaldo Costa da UNB, em Rio Claro por ocasião do XIV SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA e no II CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

ⁱⁱ Aqui é entendido como **resíduos do passado**, os objetos geográficos tornados nesta atualidade objetos técnicos, produtos da intervenção direta ou indireta das relações sociais através do trabalho humano, que Marx denomina de “segunda natureza. Isto quer também dizer, a produção das paisagens ou seu controle pois constituintes do espaço da vida humana, qual seja, o espaço geográfico.

ⁱⁱⁱ Augustin Berque, Écoumène. Introdutivo à l'étude des milieux humains. (2000).

^{iv} “A modernidade separa, desune o mundo”. Tradução da autora.

^v Em itálico no texto original.

^{vi} Tradução do francês por Maria Adélia de Souza, especialmente para este ensaio.

^{vii} Tradução do francês, por Maria Adélia de Souza, especialmente para este ensaio.

^{viii} A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.” (Santos, 1996, p: 204). A nova conformação das mentes, para a aceitação das novas condições da existência, a começar pela imersão no consumo. É um dado de superestrutura, essencial.

^{ix} Tradução livre da autora.

^x Respeitosamente fazemos esta indagação, por considerar a proposta de Quijano – com enorme respeito a nosso grande mestre - redundante (superfluidade de palavras, pleonismo) que prejudicam a constituição do processo do método. O mesmo apontamos, na Geografia autores que lidam com a “espacialidade do espaço”, “a territorialidade do território” e, assim por diante.

^{xi} Como observado acima, trata-se de um excelente debate, sobretudo, para refinar o conceito do que preservar!

^{xii} Não foi compreendida pela autora deste texto, a diferença essencial entre colonialismo e colonialidade, como proposto por Quijano. O colonialismo permanece como uma excrecência histórica, apenas atualiza suas práticas aos novos tempos. E, ele é anti civilizatório, que não se resolve com múltiplos conceitos.

^{xiii} A **psicosfera**, conceito já explicitado, anteriormente, item b acima. (Santos, 1996, p: 204).

^{xiv} A **tecnoesfera** é a natureza tecnicizada com base científica, os novos sistemas de objetos respondem como dados infra estruturais, as novas necessidades do processo direto da produção (Santos, 1996, p: 203).

^{xv} **Meio técnico-científico informacional** é aqui denominada a extensão territorial das melhorias técnicas

e tecnológicas no território: modernas rodovias, ferrovias, implantação de aeroportos, portos, extensão das redes técnicas de toda ordem, de modo a inserir a cidade e a região nos requisitos prementes da modernidade. (Santos, 1996, p: 190).

^{xvi} Deliberadamente, não é objeto deste texto aprofundar a interessante discussão sobre preservação, conservação, restauração.

^{xvii} Patrimônio ambiental urbano foi o conceito utilizado por um programa do governo do Estado de São Paulo, em sua Coordenadoria de Ação Regional, por mim dirigida, vinculada a Secretaria de Economia e Planejamento, coordenado pelo professor Eduardo Yazigi (1976), historiador, cineasta e professor livre docente de Geografia Humana e Planejamento Urbano da USP. Como um dos projetos estruturadores desse programa havia um projeto, inteiramente executado de consulta à população, intitulado A CIDADE É TAMBÉM SUA CASA, feito como sondagem junto a ela sobre o que considerava patrimônio da cidade e o que o governo deveria preservar. Isso foi realizado através de um Concurso de Fotografia, com premiação das melhores propostas por um Júri composto por arquitetos, geógrafos, antropólogos, artistas. Essa seleção deu origem a uma exposição itinerante de fotografias sobre o patrimônio urbano paulista, acompanhada de cursos de formação e palestras, que se encerrou em Brasília, DF, com a exposição e um show de um importante artista paulista denominado Adoniran Barbosa, cuja obra musical sempre fez referência a temas urbanos.

^{xviii} Não é objetivo neste artigo travar esta polêmica com a obra do filósofo Henri Lefebvre, com quem concordamos com sua preocupação na busca de uma ciência do espaço, como publicou. Certamente tratava-se do espaço urbanístico (da cidade, com a qual ele tanto lidou), não pensando e nem acompanhando o que produziam os geógrafos franceses, naqueles anos, desvendando o espaço geográfico, como Max. Sorre, Pierre George, Jean Labasse, e tantos outros! Essa busca, no entanto, foi bem sucedida, pois formulada por Milton Santos, posteriormente, que do nosso ponto de vista lida com uma verdadeira espaciologia. Apenas um registro de que essa questão será examinada pela autora, oportunamente, em outra obra.

^{xix} Não confundir lugar com localidade como, usualmente, acontece.

^{xx} Lugares constituindo-se por **aconteceres homólogos**, ou seja, por exemplo, toda cidade ou localidade precisa ter uma UBS- unidade básica de saúde ou Centro de saúde, com uma enfermeira, um clínico geral, um ginecologista e um pediatra, distantes um dos outros, de acordo com normas técnicas internacionais.

^{xxi} Recomenda-se a leitura de várias ontologias sobre a pobreza que surgiram especialmente nos anos 80, quando muitos acreditavam no fim da história. Permitimo-nos, ainda, sugerir a leitura de um excelente livro de José Carlos Bermejo (2012) intitulado “A consagração da mentira – entre a realidade e o silêncio”, (Edição Siglo XXI), entre tantos outros interessantes trabalhos escritos sobre esse tema, como Octavio Ianni,

Milton Santos, Immanuel Wallerstein, Piketty (O Capital) e outros autores, mais recentemente.

^{xxii} Henri Bergson, filósofo francês (1859-1941), nasceu em Paris, formou-se pela École Normale Supérieure (1877 – 1881), Prêmio Nobel de Literatura (1927), ensinou Filosofia. Foi professor do Collège de France.

^{xxiii} Ecléa Bosi (1994) o recupera em suas duas importantes obras “Les cadres sociaux de la mémoire” e “La mémoire collective”, fundamentos para sua magnífica pesquisa, cuja leitura é indispensável nesta nova compreensão que precisamos ter sobre o sentido do tempo na história do presente.

^{xxiv} “Chamemos **rugosidades** ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (Santos, 1996, p.: 113, 1º §).

^{xxv} Assim o espaço, **espaço paisagem**, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo. (Santos, 1978, p: 138).

^{xxvi} O espaço geográfico, espaço banal, espaço como instância, aquilo que se impõe a tudo e a todos é o fundamento destas reflexões. O espaço banal não é apenas o espaço público. Ele é condição da existência, por isso, instância social. Daqui surge uma interessante discussão com Eduardo Yazigi, em sua interessante contribuição teórica que consta do artigo aqui referido, sobre patrimonialização e espaço banal.